

A DEFESA ÉTICO-POLÍTICA DA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO NA AGENDA POLÍTICA DO CFESS

Euler Antônio Campos¹

Resumo: Nos últimos anos, o Conselho Federal de Serviço Social tem implementado diversas estratégias com o intuito de manifestar o seu posicionamento frente a livre orientação sexual e de identidade de gênero. As iniciativas têm desempenhado um papel importante no fortalecimento da identidade e da atuação política do Serviço Social, ao tempo em que contribuem para a manutenção e o desenvolvimento dos princípios e valores que norteiam o Projeto Ético-Político (PEP). Neste artigo, apontaremos ações político-estratégicas na defesa da livre orientação sexual e de identidade de gênero realizadas pelo CFESS, entre os anos de 2006 e 2023. Identificamos ações significativas para o fortalecimento da luta política e na consolidação da pela livre orientação sexual e de identidade de gênero nos elementos que constituem o PEP.

Palavras-chave: Projeto ético-político; Livre orientação sexual e de identidade de gênero; Conselho federal de Serviço Social.

Resumen: En los últimos años, el Consejo Federal de Servicio Social ha implementado diversas estrategias con el objetivo de expresar su posición frente a la libre orientación sexual e identidad de género. Estas iniciativas han desempeñado un papel importante en el fortalecimiento de la identidad y la actuación política del Servicio Social, al tiempo que contribuyen a la conservación y desarrollo de los principios y valores que guían el Proyecto Ético-Político (PEP). En este artículo, señalaremos las acciones político-estratégicas en defensa de la libre orientación sexual e identidad de género llevadas a cabo por el CFESS, entre los años 2006 y 2023. Identificamos acciones significativas para fortalecer la lucha política y consolidar la libre orientación sexual e identidad de género en los elementos que constituyen el PEP.

Palabras claves: Proyecto ético-político; Libre orientación sexual e identidad de género; Consejo Federal de Servicio Social.

INTRODUÇÃO

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Assistente Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Número ORCID: 0009-0009-3253-4537. E-mail: euler.campos@hotmail.com.

(ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), desempenha uma função fundamental na articulação dos elementos que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), sendo um espaço relevante na disputa de projetos profissionais. Essas entidades representativas exercem uma influência significativa na construção de um perfil profissional que incorpore de forma ética e política o projeto da profissão, além de contribuírem para o enfrentamento das fragilidades da categoria diante das diversas bandeiras de luta assumidas. Especificamente, o CFESS atua como ponto articulador em nível nacional, identificando as diferentes demandas e problemáticas enfrentadas pelos assistentes sociais em diversos campos de atuação, e colaborando na construção coletiva das estratégias necessárias para enfrentá-las.

Desde meados da década de 80, o Serviço Social tem consolidado sua defesa política da livre orientação sexual e identidade de gênero, influenciando significativamente o reposicionamento da categoria em relação a essa temática. Nesse contexto, este trabalho visa explorar as ações e campanhas promovidas pelo CFESS entre os anos de 2006 e 2023 sobre esse tema, tanto nos meios digitais quanto físicos. O recorte temporal de 2006 é justificado pela campanha pela Livre Orientação Sexual: "O Amor Fala Todas as Línguas", que representa uma das mais importantes expressões do avanço dessa temática para a profissão.

Este estudo é parte de uma dissertação de mestrado, cujo objetivo foi analisar a incidência da temática da livre orientação sexual e identidade de gênero nas dimensões constitutivas da profissão, que são as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA AGENDA POLÍTICA DA CATEGORIA: AÇÕES TÁTICAS POLÍTICAS

O CFESS vem desenvolvendo ao longo dos últimos anos uma série de estratégias que permitem expressar o posicionamento político da e para a categoria, contribuindo significativamente para um movimento contínuo de consolidação do PEPSS. Nesse bojo de táticas podemos elencar a adesão a mobilizações nacionais; participação em fóruns,

comissões; campanhas, comunicações e publicações em datas específicas, como as veiculadas pelo CFESS Manifesta; Livros, brochuras e cartilhas; construção de seminários e eventos coletivos; dentre outras. Destacamos que, entendemos estas ações no campo ético-político, por compreendê-las enquanto táticas que aprofundam e politizam os elementos que fundamentam o PEP, com potencialidade de enraizá-los e expressá-los no exercício profissional. Essas ações contribuem, dentre outros, de forma político-pedagógica, na dimensão PEPSS que demarca para a disseminação de uma cultura profissional crítica e participativa nos espaços de disputa junto à classe trabalhadora frente às investidas do capital.

Em 2005, no 34º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, foi aprovado a realização de uma campanha em defesa da liberdade de orientação sexual nacional pela categoria. Esta campanha ganha forma em 2006 e é lançada com o seguinte chamamento: “Campanha O amor fala todas as línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”. A estratégia tinha como um dos objetivos “contribuir para garantia do respeito à diversidade humana nos espaços institucionais de atuação e na formação profissional em Serviço Social” (CFESS, 2007). A campanha figurou como importante estratégia de suscitar no interior da categoria “o enfrentamento das formas de opressão e de exploração gestadas e/ou consolidadas na sociabilidade do capital” (Santos, 2005, p.95), sustentado na defesa do projeto ético-político profissional e nos princípios do código de ética que ele reflete. Marca, determinadamente, a defesa dos direitos da população LGBT pelo Serviço Social brasileiro. Contudo, apresenta a perspectiva da “livre orientação” e não como “diversidade”, significativo para a defesa da liberdade humana enquanto garantia da sua diversidade plena.

A campanha foi um marco para a agenda profissional de lutas sociais da profissão. Ela permitiu emergir as tensões nos diversos campos profissionais. Possibilitou, de um lado, confrontar o presente e reconhecido conservadorismo na lógica social e sua presença na profissão. O presente trabalho não busca analisar diretamente o impacto da campanha no cotidiano profissional, contudo podemos indicar que ela proporcionou importante visibilidade da temática à categoria, em momento oportuno e de grande relevância para o

debate público. Ainda, foi fundamental para apresentar à profissão uma análise crítica e em bases marxistas sobre a temática. Esse movimento ofereceu a possibilidade de apresentar a produção de conhecimento a partir de outro viés, na contra hegemonia das perspectivas teóricas de dominância no campo da sexualidade.

Vale ressaltar que, desde 2007 - ano seguinte ao da campanha em questão - o conjunto CFESS-CRESS vem estruturando uma Política Nacional de Comunicação, como estratégia para qualificar as informações para a categoria e com a população usuária, entendendo a comunicação “como meio estratégico, espaço de articulação permanente, para a luta por um projeto societário fundamentado na emancipação humana” (CFESS, 2023, p.23). Assim, a comunicação ganha importância no processo de reafirmação do PEP. Ainda, a partir deste momento, o conjunto CFESS-CRESS passou a investir de maneira mais evidente em campanhas que trouxessem a centralidade ao tema da livre orientação sexual e de identidade de gênero, construindo reflexões ético-políticas para a categoria, no sentido da reafirmação do PEP e enfrentamento aos projetos de profissão; e na alteração no perfil profissional.

Destarte, um projeto profissional do Serviço Social não é novidade para a profissão. A discussão sobre ele, no entanto, só ganha visibilidade no processo de renovação por meio de sua crítica e recusa ao conservadorismo. Na análise do Serviço Social inserido na mediação entre as classes é que se manifesta à profissão sua direção sociopolítica. Romper teórico-metodologicamente com o tradicionalismo conservador mobilizou conjuntamente um necessário reposicionamento ideopolítico. Afinal, aderir a uma proposta crítica profissional significa apreender plenamente a sua dimensão ideopolítica, produzindo na categoria profissional a capacidade de elaborar estratégias vinculadas ao projeto da classe trabalhadora (Paula, 2009). Essa dimensão organiza, assim, a direção de intervenção na realidade. Essa ação tem caráter ético, pois pode ter capacidade de afastar o sujeito de sua singularidade e rearticular suas objetivações (Barroco, 2009).

Nesse caminho, a partir de nossas pesquisas, apontamos a seguir as campanhas e conteúdos elaborados pelo CFESS na busca por alinhar a defesa da livre orientação sexual e de identidade de gênero ao PEP.

Em 2008, no ano final da campanha a Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual, o CFESS articulou sua participação na primeira conferência GLBTT (sigla usada na época) brasileira, com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. A ação governamental representou uma iniciativa pioneira a nível mundial, originada a partir da mobilização dos movimentos sociais. Essa iniciativa foi antecedida por conferências municipais e estaduais, as quais constituíram uma metodologia de engajamento da sociedade civil. O CFESS desempenhou um papel proeminente nas três edições das conferências realizadas no país. Sua participação representa um marco significativo para a categoria profissional, consolidando o conselho como um agente articulador para as deliberações realizadas durante esses eventos. Além disso, evidencia o compromisso político do Serviço Social na defesa crítica para a promoção de políticas públicas que respondam às necessidades da população LGBT brasileira.

Nesse contexto, é importante destacar que, naquele mesmo ano, o CFESS, por meio do CFESS Manifesta divulgou um texto enfatizando a relevância das conferências e do Serviço Social na luta pela promoção da livre orientação sexual e identidade de gênero. Essa manifestação pública reitera o engajamento da categoria na construção de uma outra sociabilidade mais justa e livre. Aponta para a construção junto aos movimentos sociais de estratégias de enfrentamento à sociedade do capital, incidindo politicamente para fora e para dentro da categoria ao asseverar a importância destes compromissos coletivos e que se alinham ao PEPSS.

Nos anos que se seguiram, o CFESS articulou diferentes ações para atuar frente aos Projetos de Lei 122/2006 (que tratava da criminalização da homofobia), 81/2007 (que institui o “17 de maio” como Dia Nacional de Combate à Homofobia) e 2000/2007 (que institui o “29 de agosto” como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica). Como exemplo, o Conselho enviou convite aos/às profissionais para adesão à campanha de sensibilização de senadores para aprovação do PL 122/2006, que trata da criminalização da homofobia, através do “Alô Senado” (CFESS, 2009).

Outra ação significativa foi a adesão pública à I Marcha Nacional contra a homofobia, que aconteceu em 19 de maio de 2010, em Brasília/DF. A mobilização visava

reunir diferentes movimentos sociais, centrais sindicais e instituições para protestarem contra as opressões vivenciadas pelo conjunto da população LGBT no Brasil. Nas marchas que ocorreram nos anos seguintes, o conjunto têm mantido seu apoio contínuo e participação ativa nas mobilizações, o que evidencia uma trajetória de engajamento consistente na construção e implementação de estratégias políticas em favor da população LGBT. Essa contínua participação do conjunto destaca sua adesão ética e política à luta pela livre orientação sexual e de identidade de gênero, bem como destaca como participante importante no debate público junto aos movimentos sociais.

Naquele mesmo ano (2010) foi instituído o Conselho Nacional de Combate à discriminação de LGBT (CNCD – LGBT) e o CFESS pleiteou vaga para participar do espaço, tendo sido eleito para compor como conselheiro na gestão 2011/2014. Teve como prerrogativa

uma atuação crítica e combativa, uma de nossas defesas tem sido que esse conselho mantenha sua autonomia em relação aos partidos políticos e aos governos, como o Conselho de Estado que é. Temos uma participação assídua voltada à construção coletiva e à qualificação política desse espaço. Para tanto, entendemos estar em consonância com o nosso projeto ético-político, a articulação e apoio aos movimentos sociais e suas lutas. (CFESS, 2017)

Até a sua dissolução pelo governo Bolsonaro, como parte de uma série de medidas que visavam enfraquecer os espaços de controle social na esfera pública, o CFESS foi reconduzido para desempenhar um papel contributivo no CNCD-LGBT. Essa recondução destaca a relevância da presença e da atuação política do CFESS nesse espaço, que se configura como um ambiente fundamental para a formulação e proposição de políticas voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos da população LGBT. Com a reinstauração do CNCD-LGBT, por meio do decreto Nº 11.471/2023, o CFESS retoma sua participação nesse espaço, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos humanos e da livre orientação sexual e de identidade de gênero. Essa retomada reflete a importância contínua do envolvimento do CFESS na construção coletiva junto aos movimentos sociais e na luta contra toda forma de discriminação e preconceito.

No ano de 2013, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) promoveu o lançamento da campanha intitulada "Nem rótulo, nem preconceito: Quero respeito". Tal

iniciativa visava reforçar entre as/os assistentes sociais a defesa dos direitos das pessoas trans e travestis, bem como consolidar o reconhecimento e o uso do nome social. Esta campanha acontece a partir das deliberações estratégicas do 42º Encontro Nacional CFESS-CRESS, como proposta para a ampla divulgação da resolução nº 615/2011, que “Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional” (CFESS, 2011).

Em 2014, durante o 44ª Encontro Nacional CFESS-CRESS, o conjunto reafirma seu compromisso com as questões LGBT no documento “As Bandeiras de Luta” do conjunto CFESS-CRESS, que condensa a trajetória de lutas políticas construída coletivamente ao longo dos últimos anos. No documento, dentre outras temáticas, o conjunto se propõe a “Defender a ampliação da rede de atendimento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) como direito da população LGBT” (CFESS, 2015, p.18); “Posicionamento contrário a todas as formas de exploração e discriminação de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2015, p.18); “Defender os Princípios de Yogyakarta, o Plano Nacional Cidadania e Direitos Humanos LGBT e o Plano Nacional de Saúde da População LGBT” (CFESS, 2015, p.19); além de promover e manter o “debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privados [...] e no acesso às políticas públicas para a população LGBT, considerando a livre identidade de gênero” (CFESS, 2015, p.39-40). Em nossa análise, o processo de disputa nas deliberações dos Encontros Nacionais demonstra a incidência na assimilação da pertinência da temática para a categoria, reflexo das ações anteriores que contribuíram para a modificação do *ethos* profissional, no processo de consolidação do PEP. Importante destacar que, no período de nossa análise, a partir de 2006, todas as edições dos Encontros Nacionais do CFESS-CRESS abordaram deliberações relacionadas à livre orientação sexual e identidade de gênero.

Em 2015 foi realizado o histórico e importante *Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero*, organizado pelo CFESS. A sua realização partiu da deliberação aprovada no 43º Encontro Nacional CFESS/CRESS e realizado em parceria com o CRESS-SP. Destaca-se a relevância deste evento, uma vez que, quase uma década após a realização da primeira campanha

promovida pelo conjunto acerca da diversidade, rearticula-se a necessidade de estabelecer um espaço ampliado de discussões, com a envergadura de um seminário, visando à continuidade do debate junto à categoria profissional. O referido evento proporcionou a reunião de renomados autores da temática no âmbito do Serviço Social, possibilitando uma análise crítica do exercício profissional em relação às questões pertinentes à população transexual e travesti. Em 2020, o CFESS publicou um livro contendo o conteúdo das palestras proferidas durante o referido seminário, contribuindo, assim, para a perenidade das valiosas reflexões e contribuições ali apresentadas.

Em 2016, visando produzir acúmulo teórico e educação permanente junto à categoria, o CFESS lança a série de cadernos “Assistente Social no combate ao preconceito” contendo, dentre outras temáticas, o caderno 4 que apresente criticamente o enfrentamento e o combate à transfobia, bem como representam espaço teórico que permite à categoria aprofundamento nas reflexões ético-políticas sobre a temática. Os cadernos buscam

[...] dialogar com os/as profissionais, problematizando o preconceito, suas origens e fundamentos históricos. A ideia é provocar a reflexão e contribuir para as estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução do preconceito, chamando a categoria à responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político (CFESS, 2016).

Em 2019, o CFESS lança o documento “Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS”, que aponta estratégias para superação das ações discriminatórias às pessoas trans e travestis no atendimento dos serviços prestados pelos CRESS. O conteúdo marca conceitos e normativas que regulam as ações profissionais em relação a este recorte populacional. Tem como foco, a busca por informar sobre a inserção de nome social no Documento de Identidade Profissional (DIP), estabelecido na resolução CFESS nº 785/2016. Sinaliza a atenção do conjunto em enfrentar o preconceito que se expressa em suas bases organizativas. Reconhecendo que, mesmo com todo avanço, ele se expressa no cotidiano do atendimento do conjunto.

Além destas significativas ações públicas, destacamos aqui as publicações do CFESS Manifesta, ferramenta que figura como espaço que oferece visibilidade “aos

posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional” (CFESS, 2020b, p. 10). Entre os anos de 2008 e 2023 houve cerca de 12 publicações do CFESS Manifesta que abordaram aspectos da livre orientação sexual e expressão de gênero:

Tabela 1 – Publicações CFESS Manifesta

Ano de publicação	Título do CFESS Manifesta
2008	CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual
2009	Visibilidade Lésbica: Respeito à Liberdade de Expressão Sexual
2010	Internacional do Orgulho LGBT: liberdade de orientação sexual. Não à homofobia
2010	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: o amor exige expressão e reverência coletiva
2011	Mundial de Luta contra a Homofobia: A nossa luta é todo dia contra a homofobia
2011	2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT: assistentes sociais em defesa da diversidade humana.
2012	Dia Mundial do Orgulho LGBT
2013	Dia Nacional da Visibilidade Trans
2015	Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans
2017	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: Família é diversidade! Assistentes sociais pelo direito de amar e conviver
2019	Dia da Consciência Negra: novembro negro arco-íris
2023	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: Vivas, visíveis e livres

Fonte: Elaboração própria.

É possível perceber a presença permanente da temática no espaço, com importantes contribuições para reflexão ética e política para a categoria. Reforçando a perspectiva de que a “liberdade de orientação e expressão sexual e a identidade de gênero são dimensões da diversidade humana e por isso integram a agenda de luta do Serviço Social brasileiro”, como indicado no CFESS Manifesta em posição ao Dia Internacional do Orgulho LGBT de 2010.

Um destaque especial damos ao projeto *Ética em Movimento*, iniciado nos anos 2000, pela Gestão do CFESS “Brasil, mostra tua cara” (CFESS-1999-2002). Foi e continua sendo uma estratégia fundamental para o avanço na qualificação ética do trabalho profissional junto à categoria, especialmente diante das mudanças vivenciadas na contemporaneidade. Possibilita avançar nas construções e acúmulos historicamente realizados pela categoria no campo da ética, em especial na sua relação com os Direitos Humanos, o que vem permitindo avançarmos nas questões que envolvem a construção de uma análise crítica sobre o tema, bem como na construção de uma perspectiva de sociedade que vislumbre a livre orientação sexual e expressão de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas idas dos últimos anos, a categoria se manifesta publicamente, a partir de diferentes frentes estratégicas, a favor da livre expressão da sexualidade e identidade de gênero. Vai, assim por dizer, construindo ações que expressam os fundamentos do projeto ético-político, oferecendo diversas possibilidades para consolidação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social. É, efetivamente, parte das táticas para reforçar aquilo já inserido no universo jurídico-normativo da profissão, mas que, por vezes, não é imediatamente assimilado pela categoria. Atesta a necessária ação concomitante de táticas jurídico-normativas e político-pedagógicas na disputa por novos valores frente aos já construídos na lógica do capital. Assim, percebe-se a permanente defesa ético-política da livre orientação sexual e identidade de gênero na agenda política do CFESS, oferecendo subsídios profícuos para impactar no reposicionamento ético-político da categoria profissional.

Por outro lado, com todo o avanço e esforço que o conjunto tem realizado nos últimos anos ainda é possível perceber algumas resistências da categoria no que tange a temática. Diferentes setores no interior da profissão divergem da importância do Serviço Social se apropriar das questões sobre a livre orientação sexual e expressões de gênero, desconsiderando a relação histórica e a realidade vivenciada por este recorte populacional. Há profissionais que ocupam a perspectiva política profissional de um viés

que assente a resposta às expressões da questão social que impactam mais especificamente a população LGBT no campo das políticas públicas; outros buscam o enfrentamento da questão nas linhas e referências conservadoras; outros, ainda, carregam a análise da questão a partir de um viés pós-moderno. Este movimento demonstra a permanente disputa do PEP que vêm se desenvolvendo historicamente no Serviço Social brasileiro. Reclama, também, a necessidade constante de construção de estratégias e táticas de forma contínua para avançarmos na incorporação dos princípios e compromissos ético-políticos do Serviço Social pela categoria, entendendo que disputamos, em contra-hegemonia, outros valores, como a liberdade, a equidade e a justiça social, diferentes dos valores burgueses produzidos e reproduzidos na classe trabalhadora, na qual está inserido o assistente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQoGyz6x815V3u07yLJ.pdf> Acesso em: 08 de jun. 2022

CFESS. **CFESS Manifesta O amor fala todas as línguas Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual**. Brasília: CFESS, 2007. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2023

_____. **CFESS Manifesta CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual**. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta1aconferencianacionalGLBTT.pdf>. Acesso em: 08 de nov. 2023.

_____. **Resolução CFESS Nº 615, de 8 de setembro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2022

_____. **44ª Encontro Nacional CFESS/CRESS: Relatório Final**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-44-nacional-cfess-cress.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2022

_____. Caderno 4 Transfobia. In: **Série assistentes sociais no combate ao preconceito**. Brasília: CFESS, 2016

_____. **Hoje é o Dia Mundial de Combate à LGBTfobia**. Site CFESS. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1372>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

_____. **CFESS Manifesta**. Brasília: CFESS, 2020b. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2020-ManifestaEdeBatalhas2017-2020.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2023.

_____. **Política de Comunicação CFESS-CRESS**. 4 ed. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2023-4edPoliticaNacionalComunicacao-CfessCress.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2023

PAULA, L. G. P. de. **Dimensão ideo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Serviço Social, 2009. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2013/04/luciana.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2022

SANTOS, S. M. M. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27471/1/TESE%20Silvana%20Mara%20de%20oMorais%20dos%20Santos.pdf> > Acesso em: 15 de dez. 2023.